

XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Declaração de Direito Autoral

Autores que submetem a esta conferência concordam com os seguintes termos:

a) Autores mantém os direitos autorais sobre o trabalho, permitindo à conferência colocá-lo sob uma licença Licença Creative Commons Attribution, que permite livremente a outros acessar, usar e compartilhar o trabalho com o crédito de autoria e apresentação inicial nesta conferência.

b) Autores podem abrir mão dos termos da licença CC e definir contratos adicionais para a distribuição não-exclusiva e subsequente publicação deste trabalho (ex.: publicar uma versão atualizada em um periódico, disponibilizar em repositório institucional, ou publicá-lo em livro), com o crédito de autoria e apresentação inicial nesta conferência.

c) Além disso, autores são incentivados a publicar e compartilhar seus trabalhos online (ex.: em repositório institucional ou em sua página pessoal) a qualquer momento antes e depois da conferência.

FONTE:

<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt1>. Acesso em: 22 nov. 2014.

REFERÊNCIA:

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; MARQUES, Mariana Sande. A produção científica arquivística na Ciência da Informação: estudo das suas referências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2014. p. 33-70. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt1>> .Acesso em: 22 nov. 2014.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DAS SUAS REFERÊNCIAS

THE ARCHIVAL SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE INFORMATION SCIENCE: A STUDY OF THEIR REFERENCES

Angélica Alves da Cunha Marques
Mariana Sande Marques

Resumo: Esta comunicação atualiza os resultados de uma tese acerca das interlocuções entre a Arquivologia mundial e a nacional. Mapeia, nas 22 dissertações e teses com temáticas arquivísticas, produzidas em 7 programas de pós-graduação em Ciência da Informação, entre 2006 e 2008, 574 referências bibliográficas arquivísticas, destacando os seus autores, bem como as obras de interesse direto da área, os países, períodos e idiomas de sua publicação. A partir da análise dessas referências, constata a concentração dessas pesquisas na Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília e Universidade de São Paulo; a predominância da sua publicação no Brasil, nos anos 1990 e em português. Há uma aproximação entre o número total de autores internacionais e nacionais mapeados, embora estes sutilmente se destaquem. As 30 maiores frequências de referências arquivísticas por autor e as 30 maiores frequências de obras citadas apontam a prevalência de brasileiros. O mapeamento desses indicadores, numa análise entrecruzada, reforça os movimentos das tendências internacionais em diálogo com a Arquivologia brasileira, que, embora conjugue diferentes tendências históricas internacionais, apresenta uma produção científica consolidada, fortemente comunicada a partir das referências a autores e obras nacionais citadas em dissertações e teses com temáticas na área.

Palavras-chave: Arquivologia. Produção científica arquivística. Bibliografia arquivística. Programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Abstract: This paper updates the results of a thesis about the interlocutions between world Archival Science and Brazilian Archival Science. It has mapped, within 22 dissertations and theses with Archival Science themes, produced in 7 Information Science's postgraduate programs, between 2006 and 2008, 562 Archival Science bibliographic references, authors and works of direct interest in this field, countries of origin, periods, and language of publication. From analyzing these references, we have observed their concentration on Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília and Universidade de São Paulo; the prevalence of their publication in Brazil, in the 1990s, and in Portuguese. There is an approximation between the total number of international and Brazilian authors that were mapped, though the number of Brazilian ones is slightly higher. The 30 highest frequencies of Archival Science references by author and the 30 highest frequencies of works cited point to the prevalence of Brazilian authors. Mapping these indicators, in a crossed analysis, reinforces the movements of international trends in interlocution with the Brazilian Archival Science, which—however conjugating different international historical trends—presents a solid scientific production, strongly expressed through references to Brazilian authors and works cited in dissertations and theses themed in this field.

Keywords: Archival Science. Archival Science scientific production. Archival Science bibliography. Information Science's postgraduate programs.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere nos propósitos de um amplo projeto de pesquisa sobre a trajetória da Arquivologia no Brasil, desenvolvido desde 2002, inicialmente como um projeto de iniciação científica; em seguida como uma dissertação; e, posteriormente como uma tese, cujo objeto foi a compreensão das interlocuções entre as práticas e o pensamento arquivístico internacional e nacional.

Na tese, foram mapeados os autores e as obras referenciados em 100 dissertações e teses com temáticas relacionadas aos arquivos e à Arquivologia, produzidas em diversos Programas de Pós-graduação do Brasil, entre 1972 e 2006. A análise das referências bibliográficas dessas pesquisas permitiu a identificação da procedência institucional dos autores e o idioma de publicação das obras referenciadas, contribuindo para a compreensão do objeto da pesquisa, ou seja, da trajetória da Arquivologia como disciplina, no Brasil, a partir das suas interlocuções com o cenário internacional.

Considerando a contínua produção científica da área ou a ela relacionada, nos propusemos a atualizar os resultados da tese, num novo projeto de iniciação científica, mediante a tabulação e análise das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área, produzidas no Brasil, entre 2006 e 2008.

Pensamos que, a partir do mapeamento da bibliografia arquivística nacional e internacional, fosse possível adquirir mais conhecimento dos autores e das obras da área em circulação no mundo e no Brasil, bem como das principais tendências teóricas da Arquivologia. Esse conhecimento poderia, desse modo, estimular os alunos, profissionais e pesquisadores da área à leitura de ampla bibliografia, nem sempre conhecida nas suas atividades cotidianas.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, identificamos, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 77 pesquisas com temas relacionados aos arquivos e à Arquivologia, desenvolvidas em diversos programas de pós-graduação, considerando os seus títulos, com o uso das palavras *Arquivologia*, *arquivística* e *arquivo*¹⁹, seguindo a metodologia de Fonseca (2004) e Marques (2007; 2011).

Quanto aos programas de pós-graduação em que as dissertações e teses foram produzidas, observamos, nesse primeiro mapeamento, a sua distribuição em 26 programas, majoritariamente em Ciência da Informação (44,89 %), História (12,24 %), Educação

¹⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 12 set. 2012.

(10,20%). Esses programas concentravam 94,66% das referências arquivísticas contidas nas dissertações e teses analisadas, o que parecia justificar a busca por reflexões mais aprofundadas acerca dos diálogos entre a Arquivologia e estas disciplinas, especialmente com a Ciência da Informação que lhe é tão próxima institucionalmente (MARQUES, 2007).

Esses primeiros resultados foram filtrados, a partir dos títulos e resumos das dissertações e teses, conforme os interesses da Arquivologia, até chegarmos a 49 dissertações e teses (conforme TABELA 1), objeto de estudo de um projeto de iniciação científica que consistiu numa pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa, voltada para a tabulação e análise das referências bibliográficas arquivísticas²⁰ apresentadas nessas pesquisas.

TABELA 1 – Quantidade de dissertações e teses arquivísticas (2006-2008) e de referências bibliográficas arquivísticas, por programa de pós-graduação

Programa de pós-graduação	Quantidade de dissertações e teses arquivísticas		Quantidade de referências arquivísticas
	Dissertações	Teses	
Ciência da Informação	18	4	574
História Social	0	4	145
História	6	0	97
Educação	4	1	35
Memória Social	2	0	17
Engenharia de Produção	1	0	16
Artes	2	0	7
Administração	1	0	5
Psicologia	2	0	3
Letras e Linguística	1	0	0
Ciência da Comunicação	1	0	0
Comunicação e Informação	1	0	0
Filologia e Língua Portuguesa	1	0	0
Total	40	9	899

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Novamente, recortamos esse universo para 18 dissertações e quatro teses com temáticas na área, desenvolvidas em sete Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil (QUADRO 1), tendo em vista o aprofundamento da análise das relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação.

²⁰ Consideramos referências bibliográficas arquivísticas aquelas que, conforme os seus autores e títulos, contemplavam interesses diretos da Arquivologia e dos arquivos.

QUADRO 1 – Dissertações e teses com temáticas arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

UNIVERSIDADE	AUTOR	(CO)ORIENTADOR(A)/ COORIENTADOR(A)	TÍTULO	M/D*	ANO
UFBA	FREIXO, Leonor Aurora	SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da	Gestão de arquivos na Administração Pública do Estado da Bahia: da prática burocrática ao discurso gerencialista	D	2007
UFF	CONCEIÇÃO, Alexandre Rita da	FONSECA, Maria Odila Kahl	Aplicabilidade do gerenciamento eletrônico de documentos – GED no âmbito da Embrapa meio ambiente	D	2007
	CORRÊA, Fátima Carvalho	GOMES, Sandra Lúcia Rebel	A patente na universidade: contexto e perspectivas de uma política de geração de patentes na Universidade Federal Fluminense	D	2007
	BECK, Ingrid	FONSECA, Maria Odila	O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional	D	2006
	OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de	JARDIM, José Maria	O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos	D	2006
UFMG	MORENO, Nádina Aparecida	SANTOS, Vilma Moreira dos / BARBOSA, Ricardo Rodrigues	A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias	T	2006
	COSTA, Alessandro Ferreira	DIAS, Eduardo José Wense	Gestão arquivística na era do cinema digital: formação de acervos de documentos digitais provindos da prática cinematográfica	T	2007
	NEGREIROS, Leandro Ribeiro	DIAS, Eduardo José Wense	Sistemas eletrônicos de gerenciamento de documentos arquivísticos: um questionário para escolha, aplicação e avaliação	D	2007
	DIAS, Juliana Lopes	OLIVEIRA, Marlene	A utilização do prontuário eletrônico do paciente pelos hospitais de Belo Horizonte	D	2006
	SILVA, Shirlene Linny da	FROTA, Maria Guiomar da Cunha	Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais	D	2007
	JÚNIOR, Delfim Afonso	CABRAL, Ana Maria Rezende	Imagens de arquivo, cenas desconhecidas – um estudo sobre bibliotecários, jornalistas, rede de relações e práticas informacionais em arquivos de telejornalismo	T	2008

UNIVERSIDADE	AUTOR	(CO)ORIENTADOR(A)/ COORIENTADOR(A)	TÍTULO	M/D*	ANO
UFPB	BARROS, Dirlene Santos	NEVES, Dulce Amélia de Brito	Dimensões metacognitivas no comportamento de busca de informação: estudo de usuário no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)	D	2008
UNB	FARIA, Wadson Silva	RODRIGUES, Georgete Medleg	A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil: um estudo da influência das resoluções do CONARQ na organização dos arquivos da Justiça Eleitoral Brasileira	D	2006
	GUEDES, Augusto Muniz	Mario RODRIGUES, Georgete Medleg	Riscos de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico em uma instituição do poder legislativo: um estudo de caso na Câmara dos Deputados	D	2006
	MARQUES, Otacílio Guedes	MANINI, Miriam Paula	Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do Poder Judiciário Brasileiro	D	2007
	MARQUES, Angelica Alves da Cunha	RODRIGUES, Georgete Medleg	Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil.	D	2007
	ARELLANO, Miguel Ángel Márdero	CUNHA, Murilo Bastos da.	Critérios para a preservação digital da informação científica	T	2008
UNESP	ALBUQUERQUE, Ana Cristina de	MARAÑÓN, Eduardo Ismael Murguia	Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD(g)	D	2006
	MONÇÃO, Jane Lessa	GUIMARÃES, José Augusto Chaves	O conceito assunto na Arquivística: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento - <i>I SOGGETTI e ALTRI APPARATI di INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: ipotesi di lavoro</i>	D	2006
USP	LEÃO, Flávia Carneiro	SMIT, Johanna Wilhelmina	A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)	D	2006
	FUTEMMA, Toshiko	Olga HAMBURGER, Esther Império	Rastros de perícia, método e intuição - descrição do Arquivo Paulo Emílio Salles Gomes	D	2006
	LAET, Aparecida	Maria COSTA, Maria Cristina Castilho	Arquivo Miroel Silveira: uma leitura dos processos da censura prévia ao teatro sob o prisma do gerenciamento de informações.	D	2007

Fonte: elaboração própria, com base no banco de teses da CAPES.

* Mestrado ou Doutorado.

Nesse universo, identificamos as referências bibliográficas arquivísticas das pesquisas da área, assim distribuídas: 10 dissertações e teses, produzidas em 2006, que eram constituídas por 708 referências (arquivísticas, não arquivísticas e afins); 9 dissertações e teses, de 2007, que continham 716 referências; e 3 dissertações e teses, de 2008, as quais compreendiam 238 referências.

Do total de 1.662 referências, identificamos 574 referências como arquivísticas, conforme os seus títulos e autores. Dessas referências, analisamos as seguintes variáveis: universidade de produção da dissertação ou tese à qual a referência arquivística estava vinculada; ano de publicação da obra referenciada na dissertação ou tese; país de publicação da obra referenciada; idioma de publicação da obra referenciada; e origem institucional do(s) autor(es) referenciado(s), por país. Esse mapeamento permitiu a identificação da procedência institucional dos autores e o idioma de publicação das obras referenciadas, contribuindo, assim, para a compreensão do objeto do projeto mais amplo da pesquisa.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Nas 18 dissertações e quatro teses arquivísticas, produzidas em 7 Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, entre 2006 e 2008, identificamos 1.662 referências bibliográficas (arquivísticas, não arquivísticas e afins), conforme tabela 2, das quais analisamos 574 (34,53%), relativas às referências de obras arquivísticas ou com temáticas de interesse direto da área e que, em muitos casos, eram comuns a outras disciplinas do campo da informação.

TABELA 2 – Referências bibliográficas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

Universidade	Quantidade de dissertações e teses arquivísticas		Total de referências arquivísticas	Total de referências afins	Total de referências arquivísticas não arquivísticas
	D*	T*			
UFMG	3	3	165	66	325
UnB	4	1	136	21	171
UFF	4	0	80	50	175
USP	3	0	89	13	107
UNESP	2	0	79	8	43
UFBA	1	0	25	3	87
UFPB	1	0	0	12	7
Total	18	4	574	173	915

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Constatamos que havia uma média de 37,07% de referências arquivísticas por dissertação ou tese. Por universidade, essa média pode ser assim observada: 28,74% nas pesquisas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 23,69% naquelas da Universidade de Brasília (UnB), 15,50% naquelas da Universidade de São Paulo (USP), 13,93% naquelas da Universidade Federal Fluminense (UFF), 13,76% naquelas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e 4,35% naquelas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Assim, considerando o número de dissertações e teses por universidade, foram na UFMG, UnB e USP as maiores concentrações de referências arquivísticas por pesquisa, universidades nas quais também funcionam cursos de graduação em Arquivologia (com exceção da USP).

É interessante observar que, embora tenhamos identificado uma dissertação com temática arquivística na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), nenhuma referência bibliográfica dessa pesquisa pareceu-nos propriamente arquivística.

A maioria das referências arquivísticas analisadas foi publicada no Brasil (65,33%), na década de 1990 (44,94%), conforme apresentado nas tabelas 3 e 4.

TABELA 3 – Países de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

País de Publicação	Frequência	(%)
Brasil	375	65,33
Espanha	49	8,54
Portugal	37	6,44
EUA	33	5,75
Canadá	27	4,71
França	21	3,66
Inglaterra	14	2,44
Itália	7	1,22
Austrália	4	0,71
Não Identificados	3	0,52
Argentina	1	0,17
Chile	1	0,17
Holanda	1	0,17
Peru	1	0,17
Total	574	100

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

TABELA 4 – Período de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

Período de publicação	Frequência	(%)
1921 - 1930	1	0,17
1931 - 1940	1	0,17
1941 - 1950	0	0
1951 - 1960	9	1,57
1961 - 1970	10	1,74
1971 - 1980	27	4,71
1981 - 1990	69	12,02
1991 - 2000	258	44,95
2001 - 2008	197	34,32
Sem data	2	0,35
Total	574	100

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Acerca do idioma das referências arquivísticas mapeadas, pudemos verificar que a maioria foi de obras publicadas em português (72,29%), conforme tabela 5.

TABELA 5 – Idiomas de publicação das referências arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

UNIVERSIDA- DE	IDIOMA DE PUBLICAÇÃO DAS OBRAS ARQUIVÍSTICAS									
	Portu- guês	(%)	Espa- nhol	(%)	In- glês	(%)	Fran- cês	(%)	Italia- no	(%)
UFMG	127	31,2	17	28,3	18	31,5	4	12,5	0	0
UnB	119	29,2	2	3,3	6	10,5	9	28,1	0	0
UFF	55	13,5	3	5	14	24,5	7	21,8	0	0
USP	34	8,35	20	33,3	11	19,3	0	0	2	33,3
UNESP	47	11,5	18	30	8	14	12	37,5	4	66,6
UFBA	25	6,1	0	0	0	0	0	0	0	0
UFPB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	407	100	60	100	57	100	32	100	6	100

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Quanto aos autores que mais apareceram nas 574 referências arquivísticas, 108 foram reincidentes, considerando a análise por universidade. Desses, 56 são nacionais e 52, internacionais. A análise das origens institucionais desses autores nos apontou a predominância de brasileiros: na UFBA (100%), UnB (72,41%), UFMG (53,33%), USP (44,44%), UNESP (38,09%) e UFF (25%).

Buscando a concentração desses autores, a exemplo de Vanz e Caregnato (2008), centramo-nos nas 30 maiores frequências de citação, que correspondem a 16 autores

brasileiros e 14 estrangeiros, conforme tabela 6. Esses 30 autores relacionavam-se a 346 referências, ou seja, 60,28% das referências arquivísticas em análise. Estavam concentrados na UnB (26,58%), UFMG (23,41%) e USP (16,47%), onde está grande parte das referências arquivísticas (tabela 2) e onde funcionam dois cursos de Arquivologia (UnB e UFMG), como já mencionamos.

Também constatamos três referências a autorias institucionais, o que reforça o papel das instituições arquivísticas e dos conselhos no desenvolvimento da área, bem representadas pelo Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Conselho Internacional de Arquivos (ICA).

Em relação aos autores internacionais mais referenciados, segundo suas origens institucionais, tivemos: canadenses (8), ingleses (2), português (1), espanhol (1), norte-americano (1) e francês (1).

As obras arquivísticas ou de interesse direto da área que eram reincidentes por universidade, no universo analisado, relacionaram-se a 37 obras, conforme tabela 7. Dezenove autores dessas obras coincidiram com aqueles das trinta maiores reincidências de autorias já analisadas. Os autores que mais tiveram obras referenciadas foram: COUTURE, Carol (4); BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2); JARDIM, José Maria (2); RODRIGUES, Georgete Medleg (2) e RONDINELLI, Rosely Curi (2). Ou seja, tivemos quatro brasileiros e um canadense.

Nessas obras, identificamos a predominância do português (27). Depois veio o espanhol (3), o francês (3) e o inglês (4).

TABELA 6 – Trinta maiores frequências de autores reincidentes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

Autor	UNB	UFMG	UNESP	USP	UFF	UFBA	Total
JARDIM, José Maria	9	8	4	0	12	4	37
BELLOTO, Heloísa Liberalli	7	9	5	12	2	0	35
FONSECA, Maria Odila	7	5	4	0	9	2	27
COUTURE, Carol	9	4	9	0	4	0	26
HEREDIA HERRERA, Antonia	0	0	4	12	2	0	18
RODRIGUES, Georgete Medleg	0	0	0	14	0	0	14
SHELLENBERG, Theodore Roosevelt	2	6	2	4	0	0	14
ROUSSEAU, Jean-Yves	3	4	6	0	0	0	13
SILVA, Armando Malheiro da	6	4	0	0	2	0	12
LOPES, Luís Carlos	4	3	2	0	0	3	12
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	2	4	2	3	0	0	11
CONARQ	4	6	0	0	0	0	10
ARQUIVO NACIONAL	9	5	0	0	0	0	14
MARQUES, Angelica Alves da Cunha	10	0	0	0	0	0	10
COOK, Terry	0	0	3	0	6	0	9
DUCHARME, Daniel	2	0	5	0	2	0	9
SMIT, Johanna Wilhelmina	2	2	3	2	0	0	9
COOK, Michael	0	2	0	4	2	0	8
DURANTI, Luciana	3	0	2	0	3	0	8
RONDINELLI, Rosely Curi	2	3	0	0	3	0	8
DUCHEIN, Michel	0	3	3	0	0	0	6
LOPEZ, André Porto Ancona	0	0	2	4	0	0	6
THOMAZ, Kátia de Padua	4	2	0	0	0	0	6
SOUZA, Renato Tarcísio Barbosa de	5	0	0	0	0	0	5
Autor	UNB	UFMG	UNESP	USP	UFF	UFBA	Total

BEARMAN, David	0	2	2	0	0	0	4
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS	0	2	0	2	0	0	4
MARTINEAU, Jocelyne	2	0	0	0	2	0	4
PAES, Marilene Leite	0	4	0	0	0	0	4
FARIA, Wadson Silva	3	0	0	0	0	0	3
JENKINSON, Hilary	0	3	0	0	0	0	3
Total	95	81	58	57	49	9	349

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

TABELA 7 – Obras reincidentes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

Obra	UNB	UFMG	UNESP	USP	UFF	UFBA	Total
Arquivos permanentes: tratamento documental	5	3	2	4	0	0	14
Arquivos modernos: princípios e técnicas	2	4	2	0	0	1	9
Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea	2	3	0	0	2	0	7
Os fundamentos da disciplina arquivística	2	3	2	0	0	1	8
Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação	3	3	0	0	0	1	7
Arquivologia e Ciência da Informação	2	0	0	0	3	0	5
As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação	2	0	3	0	0	0	5
Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental	3	0	0	0	2	1	6
<i>A manual of archive administration</i>	0	3	0	0	0	0	3
Descrição: processo e instrumentos	0	0	0	3	0	0	3
Registros documentais contemporâneos como prova de ação	3	0	0	0	0	0	3
A formação e a pesquisa em Arquivística no mundo contemporâneo	2	0	0	0	0	0	2
A nova Arquivística na modernização administrativa	0	2	0	0	0	1	3
A pesquisa em Arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas	2	0	0	0	0	0	2
A pesquisa em Arquivística nas Universidades Brasileiras: um estudo da produção científica no âmbito dos programas de Pós-graduação e de Iniciação Científica	2	0	0	0	0	0	2
A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas	2	0	0	0	0	0	2
A representação da informação em Arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística	2	0	0	0	0	0	2
Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão	0	2	0	0	0	1	3
Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística	0	0	2	0	0	0	2
<i>Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts</i>	0	0	0	0	2	0	2
<i>Archival Science facing the informatiom society</i>	0	0	0	0	2	0	2
<i>Archivística general: teoría y práctica</i>	0	0	2	0	0	0	3
<i>Archivística, archivo, documento de archivo: necesidad de clarificar los conceptos</i>	0	2	0	0	0	1	2
Arquivo: teoria e prática	0	2	0	0	0	0	2

As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação	0	0	0	0	2	0	2
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	2	0	0	0	0	1	3
Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas	0	0	0	0	2	1	3
<i>La recherche en Archivistique: un état de la question</i>	0	0	2	0	0	1	3
Lei nº 8159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos.	2	0	0	0	0	0	2
<i>Les archives au XXe siècle: une réponse aux besoins de la administration et de la recherche</i>	0	0	2	0	0	0	2
<i>Les fonctions de l'Archivistique contemporaine</i>	2	0	0	0	0	0	2
Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana	0	0	0	0	2	0	2
<i>Manual de Archivistica</i>	0	0	2	0	0	0	2
Manual de arranjo e descrição de arquivos	0	2	0	0	0	0	2
O teorema da avaliação	2	0	0	0	0	0	2
Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação	2	0	0	0	0	0	2
<i>The power of the Principle of Provenance</i>	2	0	0	0	0	0	2

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O mapeamento de 18 dissertações e quatro teses arquivísticas, produzidas em sete Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil, nos indicou uma média desequilibrada entre as referências arquivísticas (574 – 34,53%), não arquivísticas (915 – 55,05%) e afins (173 – 10,40%), contidas nessas pesquisas. Ainda que as dissertações e teses analisadas tivessem um título relacionado aos arquivos e/ou à Arquivologia, as suas referências bibliográficas não eram predominantemente arquivísticas, o que nos parece preocupante sob o ponto de vista da busca por autonomia científica, por parte da Arquivologia. O fato de pesquisas que têm por objeto de estudos os arquivos e/ou a Arquivologia não contemplarem muitas referências bibliográficas arquivísticas pode ser decorrente de várias razões, como o desconhecimento da bibliografia arquivística, por parte dos autores/orientadores, ou mesmo a superficialidade das dissertações e teses quanto aos temas arquivísticos investigados. Assim, a oferta de mestrados e doutorados em Arquivologia provavelmente provocaria mudanças nesse quadro, a médio e longo prazo. Trata-se, como bem recomenda Jardim (2010), de uma demanda a ser considerada na pauta da discussão sobre os rumos do campo arquivístico no Brasil.

Por outro lado, a predominância de referências bibliográficas não arquivísticas, nas pesquisas analisadas, pode ser um aspecto favorável no âmbito do desenvolvimento científico da Arquivologia, se consideramos as contribuições de outras disciplinas na sua formação e configuração como disciplina no Brasil. De acordo com o estudo de Marques (2007), a autonomia arquivística vem se construindo por meio de fronteiras entreabertas dessa disciplina. Desse modo, os seus diálogos com outras disciplinas não comprometem a sua identidade, mas a subsidiam no campo científico.

Exemplo marcante desses diálogos é a aproximação da Arquivologia com a Ciência da Informação nos últimos anos, especialmente quanto aos seus vínculos acadêmico-institucionais, à titulação dos seus professores e à sua produção científica em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, como indica a mesma autora.

No caso da nossa pesquisa, observamos que, das referências bibliográficas afins aos arquivos e à Arquivologia (173 – 10,40%), 154 referências, ou seja 89,02% eram da Ciência da Informação ou de seu interesse direto. Como podemos visualizar no quadro 2, em alguns programas de pós-graduação, este percentual de referências afins relacionadas à Ciência da Informação chega a 100% (UNESP, UFBA e UFPB).

QUADRO 2: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas afins à Arquivologia das dissertações e teses com temáticas na área, por universidade (2006-2008)

Universidade	Média de referências afins da por dissertação/tese	País de publicação	Período de publicação	Idioma de publicação	Autores reincidentes	Obras reincidentes
UFMG	92,42%	Brasil (81,97%)	2001-2008 (54,10%)	Português (81,97%)	Brasileiros (61,90%)	Nacionais (83,33%)
UnB	71,43%	Brasil (80%)	2001-2008 (80%)	Português (80%)	Brasileiros (100%)	Nacionais (100%)
UFF	94%	Brasil (78,72%)	2001-2008 (46,81%)	Português (78,72%)	Brasileiros (63,64%)	Nacionais (73,33%)
USP	61,54%	Brasil (87,50%)	1991-2000 (62,50%)	Português (87,50%)	Brasileiros (75%)	Nacionais(50%) Estrangeiras (50%)
UNESP	100%	Brasil (75%)	1981-1990 (50%)	Português (87,50%)	Brasileiros (50%) Estrangeiros (50%)	-*
UFBA	100%	Brasil (100%)	2001-2008 (66,67%)	Português (100%)	Brasileiros (100%)	-*
UFPB	100%	Brasil (33,33%)	1991-2000 (41,67%)	Inglês (50%)	Estrangeiros (100%)	Nacionais (100%)

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

* Não foi verificada obra reincidente no universo de referências bibliográficas afins analisado.

Dessas 154 referências bibliográficas afins aos arquivos e à Arquivologia, a maioria foi publicada no Brasil; a partir da virada deste século (sendo referências bastante atuais); em português; por autores brasileiros; e, conseqüentemente, com predominância de obras nacionais.

Dessa forma, estes indicadores nos apontam e ratificam as fortes relações, pelo menos institucionais, entre a Ciência da Informação e a Arquivologia no Brasil. O universo de dissertações e teses arquivísticas analisado detalhadamente ao longo desta comunicação (22) corresponde a 44% do total das pesquisas mapeadas, concentrando 34,53 % das referências arquivísticas inicialmente mapeadas (899). Mais do que números, estas informações nos indicam que há aspectos teóricos, epistemológicos, políticos, simbólicos e acadêmico-institucionais a serem investigados, no âmbito dessas relações.

Quanto aos indicadores analisados no universo das referências propriamente arquivísticas das 22 dissertações e teses, prevaleceram: autores e obras nacionais, o Brasil como país de publicação dessas obras, o português como idioma de publicação e a década de 1990, como período predominante (conforme quadro 3). É interessante ressaltar que, a partir desse período, a Arquivologia expande-se institucionalmente no Brasil, ampliando o número dos seus cursos de graduação de três para oito (anos 1990) e de oito para 16 (neste século).

Observamos uma aproximação entre o número geral de autores internacionais e nacionais mapeado, embora estes sutilmente se destaquem no cômputo geral das reincidências. Contudo, as 30 maiores incidências de referências arquivísticas por autor apontam a predominância de brasileiros e de canadenses, embora também apareçam ingleses, portugueses, espanhóis e norte-americanos, o que nos sinaliza algumas das principais interlocuções da Arquivologia brasileira com o exterior.

De acordo com Marques e Rodrigues (2009), a predominância de autores brasileiros parece-nos demonstrar pelo menos duas situações: 1) a busca por obras em português, pela comodidade de leitura, que por sua vez pode ser justificada pelas dificuldades de acesso a outros idiomas; 2) e a forte influência de autores brasileiros, que, evidentemente têm produzido obras de inegável qualidade teórica, sincronizadas aos principais avanços do pensamento arquivístico internacional. Considerando que, atualmente, há apenas um programa pós-graduação *stricto sensu* de Arquivologia no Brasil (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), esse último aspecto parece ser bastante favorável para a conquista de mais espaços próprios de produção de pesquisas na área, no País.

QUADRO 3 – Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área, por universidade (2006-2008)

Universidade	Média de referências arquivísticas por dissertação/tese	País de publicação	Período de publicação	Idioma de publicação	Autores recorrentes (total)	Autores recorrentes (30 maiores frequências)	Obras recorrentes (30 maiores frequências)
UFMG	28,74%	Brasil (70,30%)	1991-2000 (41,21%)	Português (76,96%)	Brasileiros (53,33%)	Brasileiros (53,33%)	Nacionais (17,79%)
UnB	23,69%	Brasil (81,61%)	1991-2000 (39,70%)	Português (88,97%)	Brasileiros (72,41%)	Brasileiros (72,41%)	Nacionais (33,89%)
UFF	13,93%	Brasil (62,50%)	1991-2000 (55%)	Português (68,75%)	Estrangeiros (75%)	Brasileiros (25%)	Nacionais (11,02%)
USP	15,50%	Brasil (39,32%)	1991-2000 (30,34%)	Português (42,69%)	Estrangeiros (55,55%)	Brasileiros (44,44%)	Estrangeiras (5,93%)
UNESP	13,76%	Brasil (62,02%)	1991-2000 (63,29%)	Português (59,49%)	Estrangeiros (61,90%)	Brasileiros (38,09%)	Estrangeiras (8,47%)
UFBA	4,35%	Brasil (84%)	1991-2000 (32%)	Português (84%)	Brasileiros (100%)	Brasileiros (100%)	Nacionais (100%)
UFPB	0%	-	-	-	-	-	-

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Complementarmente, as contribuições de autores estrangeiros não deixam de conferir um caráter híbrido à produção científica da área no Brasil, a partir da coexistência de diversas tradições (práticas e teóricas) no cenário nacional. Parece que essa hibridez é relevante para a interlocução da Arquivologia brasileira com outros países, por meio, inclusive, das traduções que favorecem uma (re)apropriação dos avanços internacionais da área. Essa hibridez parece contribuir, também, para a flexibilização dos contornos da disciplina, permitindo que suas temáticas sejam estudadas em diferentes áreas, sem comprometer a sua identidade.

As 30 maiores frequências de obras citadas nas dissertações e teses analisadas também se relacionaram, majoritariamente, a autores brasileiros e foram publicadas em português. Chamou-nos a atenção que os três autores e a obra mais referenciada são de brasileiros, constatação que reforça a consolidação científica da disciplina no Brasil, que busca a sua autonomia sem isolamento, como bem lembram Rousseau e Couture (1998). As conclusões devem apresentar um breve sumário do artigo e responder às questões levantadas, correspondentes aos objetivos propostos. Devem ser apresentadas de forma breve, podendo propor recomendações e sugestões para trabalhos futuros. Os artigos de revisão podem excluir material, método e resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa análise entrecruzada, os resultados descritos e analisados ratificam os resultados anteriores do amplo projeto de pesquisa no qual o projeto de iniciação científica se inseriu para atualizar a tese, refletindo os movimentos das tendências internacionais em interlocução com a Arquivologia brasileira, a qual já apresenta uma produção científica consolidada, fortemente comunicada a partir das referências a autores e obras brasileiros citados em dissertações e teses com temáticas arquivísticas.

Desse modo, as informações mapeadas permitem-nos concluir que, no Brasil, a Arquivologia como disciplina já possui uma comunidade científica, que subsidia e corrobora a necessidade de ampliação de programas *stricto sensu* propriamente arquivísticos e o consequente aumento e aprofundamento da produção científica arquivística.

De fato, o número de dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivologia e aos arquivos – 247 pesquisas, de acordo com Marques e Roncaglio (2012), das quais analisamos 22 (somente aquelas produzidas nos Programas de Pós-graduação entre 2006 e 2008) – pode parecer insignificante apenas se comparado ao de outras disciplinas já consolidadas. Mas se tratando de um campo recente na área acadêmica, esse resultado adquire outra dimensão, representando uma amostra significativa que evidencia um duplo aspecto: a

autonomia da Arquivologia, sem perder de vista suas relações extradisciplinares, ou seja, seus laços e diálogos com outras disciplinas e áreas do conhecimento (MARQUES, 2007; 2011).

A formação da disciplina no Brasil está em transformação, de uma área eminentemente técnica, para uma disciplina que vem buscando investigar questões advindas das práticas do mundo do trabalho e tem conquistado seus espaços científicos. Essas demandas apresentam desafios e expectativas promissoras, e por isso, parecem contribuir para a expansão dos cursos de graduação, pós-graduação e pesquisas na área, incentivando, inclusive, relações interdisciplinares entre discentes e profissionais formados em diversas áreas do conhecimento.

A inserção desses cursos em universidades públicas tem, por sua vez, favorecido uma “cultura de pesquisa”, tendo em vista que é o desenvolvimento científico que movimenta as instituições públicas na área (GARON apud COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p.51) e que os docentes dessas universidades têm, em geral, um compromisso com a investigação científica, muitas vezes com o fim de aperfeiçoar o atendimento a demandas práticas.

Garon ainda nos lembra “que o desenvolvimento de um povo, de um grupo social, de uma empresa ou de um campo de conhecimento passa pela pesquisa” (apud COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 51). Desta relevante observação, podemos deduzir a importância da pesquisa arquivística e suas preciosas contribuições para o desenvolvimento científico da Arquivologia por meio da expansão e do aprofundamento da produção científica, da atualização do seu pensamento crítico e reflexivo de forma a dar conta das dinâmicas demandas práticas, bem como do seu reconhecimento acadêmico, do seu prestígio social e da sua visibilidade profissional.

REFERÊNCIAS

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. Brasília: FINATEC, 1999.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares. 1997. 181f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

JARDIM, José Maria. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2001, p. 53-75.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. RODRIGUES, Georgete Medleg. A Arquivística nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB's): análise preliminar da influência do pensamento arquivístico internacional. In: X ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, UFPB, 2009.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 74-88.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. A constituição do campo da comunicação no sul do Brasil a partir da prática de comunicação científica discente. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Marília: Fundepe Editora, 2008. p. 235-251.

SISTEMOGRAFIA DA FORMA

SYSTEMOGRAPHY OF FORM

Marcos Gonzalez

Resumo: Investigam-se princípios subjacentes ao processo de modelização compreendido a partir dos estudos desenvolvidos por Jean-Louis Le Moigne, em sua *teoria do sistema geral*, também denominada *teoria da modelização*. Trata-se de uma teoria pioneira sobre a modelização dos objetos, que prevê a intermediação de um objeto artificial desenvolvido pelo pensamento humano – o Sistema Geral – para representar, conceber ou, como prefere o professor francês, *sistemografar* objetos, sejam eles quais forem, naturais ou artificiais. Corroborando Le Moigne, mostramos que tanto a semântica quanto a etimologia da palavra *forma* e lexemas derivados (especialmente *enformar* e *enformação*) revelam uma percepção sistêmica “naturalizada” no Ocidente desde há milhares de anos. Em *fôrma*, a “mãe” de todos os modelos, encontramos a base experiencial que licencia, conceptualmente, os principais traços semânticos da modelização de objetos, seja no sentido literal, seja no abstrato; com *fôrma*, referimo-nos à representação “visível” do objeto que, para Le Moigne, é um dos processadores (além de tempo e espaço) que intervêm na representação. Se “Modelizar é conceber, depois desenhar uma imagem à semelhança do objeto”, como resume Le Moigne, concluímos, parafraseando-o, que “enformar é conceber uma *fôrma* à semelhança do objeto”, base da sistemografia da *forma*.

Palavras-chave: Teoria da Complexidade; Teoria do Sistema Geral; Jean-Louis Le Moigne, Linguística Sociocognitiva; História da Informação.

Abstract: We investigate the underlying principles of the modeling process described by the Jean-Louis Le Moigne’s *systemic theory*, also called *theory of modeling* (Le Moigne, 1990). This is of a pioneer theory on the objects modeling, it provides an intermediation of an artificial object developed by human thought – the General System – to represent, conceive or, as prefers the french teacher, to systemograph objects, whatever they are, natural or artificial. Corroborating Le Moigne, we show that both semantics as the etymology of the word *form* and derived lexemes (especially *enform* and *enformation*) reveals a systemic perception “naturalized” thousands of years ago in the West. In *fôrma* (“mold”), the “mother” of all the models, we found that the experiential basis conceptually licenses the main semantic features of modeling objects, in the literal or in the abstract senses; with *fôrma* (“form”), we refer to the “visible” representation of the object that, according Le Moigne, is one of the processors (beyond space and time) involved in the representation. If “To model is to conceive, then draw an image like the object”, as summarized Le Moigne (1990, p.91-92), we conclude, paraphrasing it, that “Enform is to conceive a similar form to the object”, basis of our sistemography of *forma*.

Keywords: Complexity Theory; Theory of General System; Jean-Louis Le Moigne; Sociocognitive Linguistics; History Information.

1 INTRODUÇÃO

O grupo de pesquisa liderado pela cientista da informação Maria Luiza de Almeida Campos, da Universidade Federal Fluminense, privilegia o estudo sistemático das teorias subjacentes à construção de modelos conceituais “para a elaboração de linguagens documentárias, sistemas computacionais, hipertextos, sistemas voltados para a construção de

bases de conhecimento [...] e, mais recentemente, [...] as ontologias” (CAMPOS, 2004). Ao agregar “diversas possibilidades representacionais para se pensar sobre uma dada realidade”, a pesquisa busca encontrar uma “postura teórico-metodológica que dê condições a um modelizador de ultrapassar modelos específicos de representação e pensar nos princípios subjacentes ao processo de modelização”, compreendidos a partir dos estudos desenvolvidos por Jean-Louis Le Moigne, em sua *teoria do sistema geral*, também denominada *teoria da modelização* (LE MOIGNE, 1990).

A *teoria da modelização* é orientada por cinco “perspectivações”, sendo a primeira *instrumental*: “uma teoria do sistema geral é hoje necessária porque temos necessidade de uma explicação de uma teoria da modelização pelos sistemas” (LE MOIGNE, 1990, p.25). Le Moigne resgata, nesse contexto, as intuições de Ludwig von Bertalanffy, que iria fundar, por volta de 1930, o *paradigma sistêmico*. Com sua *Teoria do Sistema Geral* (VON BERTALANFFY, 2009), o biólogo austríaco lançou o desafio da construção de uma disciplina que tivesse como objetivos principais investigar isomorfismos de conceitos, leis e modelos em campos diferentes e ajudar nas transferências úteis entre os campos, promovendo a unidade das ciências. Trata-se de uma teoria pioneira sobre a modelização dos objetos, naturais ou artificiais, por intermédio de um objeto artificial desenvolvido pelo pensamento humano – o *Sistema Geral* – descrito por Le Moigne (1990, p.75) como um “utensílio de modelização”: é possível dotá-lo de propriedades, garantir a coerência destas propriedades e utilizá-lo, enfim, para *representar* ou, como prefere o professor francês, *sistemografar* outros objetos, sejam eles quais forem.

Pela segunda perspectivação, a teoria da modelização absorve a interpretação epistemológica e metodológica aplicada aos sistemas percebidos como *complexos*. Aqui, Le Moigne harmoniza suas descobertas com *O método*, de Edgar Morin (1977), cujo primeiro volume surgiu no dia (finais de abril de 1977) em que partiam para o impressor as últimas provas da primeira edição de *La Théorie du Système Général, théorie de la modélisation*. Le Moigne não disfarça a alegria ao tomar consciência da “compatibilidade implícita” do seu empreendimento com o projeto de Morin (LE MOIGNE, 1990, p.25-26).

Interessa a Campos, tanto quanto a nós, uma postura metodológica (quinta perspectivação) que nos permita pensar em diversidade de modelos e em princípios que possibilitam o ato de modelar: Le Moigne afirma que os sistemas “não se encontram na natureza, mas apenas no espírito dos homens” (LE MOIGNE, 1990, p.91). Modelizar é decidir, modelizar é conceber – portanto “todo o objeto que considerarmos se define por relação às intenções implícitas ou explícitas do modelizador” (LE MOIGNE, 1990, p.56).

Este preceito provoca uma “tensão cognitiva” na concepção de modelos da complexidade: “todo o ganho em inteligibilidade, em comunicabilidade, em economia cognitiva, em generalidade instrumental não deve fazer-se à custa da liberdade do artesão”. Ou ainda: “inteligibilidade do mundo”, ou seja, a modelização por um sistema, “não elimina o seu maravilhoso, a sua complexidade” (LE MOIGNE, 1990, p.27). São princípios interessantes porque “restauram a liberdade do modelizador, não o deixando refém de um dado modelo específico” (CAMPOS, 2004).

Corroborando Le Moigne, argumentamos, com base em estudos predecessores (GONZALEZ, 2011; 2012; 2013a; b; c), que tanto a semântica quanto a etimologia da palavra *forma* e lexemas derivados (especialmente *enformação* e *informação*) sugerem uma percepção *sistêmica*, uma percepção “naturalizada” no Ocidente desde há milhares de anos. A língua portuguesa é particularmente útil para demonstrá-lo, pois manteve preservada a diferença de dois sentidos primitivos de “forma”, quais sejam, os conceitos de *fôrma* (“molde, modelo”) e *fórma*²¹ (“aparência visível”). Como veremos, em *fôrma*, a “mãe” de todos os *modelos*, encontramos a base experiencial que licencia, conceptualmente, os principais traços da *modelização*: com *fórma*, referimo-nos à representação “visível” do objeto que, para Le Moigne, é um dos *processadores* (além de *tempo* e *espaço*) que intervêm na representação. Se “Modelizar é conceber, depois desenhar uma imagem à semelhança do objeto”, como resume Le Moigne (1990, p.91-92), concluiremos, ao final dessa exposição, parafraseando-o, que “*enformar* é conceber uma *fórma* à semelhança do objeto”.

2 METODOLOGIA

Se os *sistemas*, como quer Le Moigne, são a maneira que encontramos para traduzir e lidar com a realidade, deveria deles haver manifestações linguísticas observáveis. Era de se esperar que um fenômeno da magnitude da modelização dos objetos por intermédio de um “objeto artificial desenvolvido pelo pensamento humano” pudesse ser identificado nas línguas humanas. Com efeito, a língua tem sido estudada como um *output* interessante para investigar aspectos diversos sobre a natureza humana, nas mais variadas áreas do conhecimento. Mais do que a mera comunicação de uma ideia, a forma como falamos (incluindo-se, entre outros, a escolha do léxico, a estrutura gramatical, os tons e alturas dos sons, a postura física) carrega

²¹ Será importante, nesse trabalho, distinguir as duas pronúncias que as vogais orais “ô” e “ó” dão à palavra *forma* e que aqui tomadas como termos técnicos: *fôrma* e *fórma*.

um mundo rico em aspectos cognitivos, sociais, culturais e ideológicos (MACEDO; FARIAS; LIMA, 2009, p.44). Mas como identificar esse “mundo rico” na língua--?

Fomos buscar respostas nas teses da Linguística Sociocognitiva, segundo as quais as expressões linguísticas social e historicamente selecionadas para representar linguisticamente a *modelização* e a *sistemografia* moigneana deveriam expressar os conceitos licenciados pelas nossas experiências “literalmente” modelizadoras, uma vez que a linguagem, conforme essa corrente teórica, reflete estruturas conceituais baseada na experiência das pessoas e no conhecimento do mundo externo que as rodeia. Esquemas internalizados, como os que manipulam as noções de *fôrma* e *fórma*, *enformação* ou *informação* estruturam nossos conceitos linguísticos, que se manifestam em formas gramaticais como preposições, conjunções, morfemas, tempo e aspecto verbal etc. Assim, embora se admita certo componente essencial arbitrário na associação das palavras com os seus significados, as categorias conceituais humanas e o significado das estruturas linguísticas em qualquer nível não são símbolos sem interpretações, mas “motivadas e fundamentadas, de alguma forma, diretamente nas nossas experiências corporais, físicas e socioculturais” (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2009, p.125). A linguagem está, portanto, intrinsecamente ligada aos seres humanos, e não ao “mundo”.

Apoiamo-nos, neste trabalho, no conceito de mapeamento (*mapping*) metafórico, isto é, do mapeamento cognitivo socialmente convencionado que se insere entre dois domínios conceituais²², introduzido pela *Teoria da Metáfora Conceptual*, de Lakoff e Johnson (2002). Afirma-se aí que um domínio cognitivo de origem ou fonte (*source domain*), concreto e experiencial, é usado para conceptualizar entidades cognitivas que estão inseridas em outro domínio, alvo (*target domain*), mais abstrato. A hipótese de que os mapeamentos metafóricos são “estruturados sistematicamente” vem sendo, desde então, comprovada e aprimorada (LAKOFF, 2008). Essa tese desvincula a metáfora da relação “linguagem metafórica” *versus* “linguagem literal”, deslocando-a de “figura da linguagem” para “figura do pensamento”, desfazendo a dicotomia cartesiana corpo-mente, integrando as visões objetivistas e subjetivistas no que se passa a chamar “experiencialismo”, em sua primeira versão, e “realismo corpóreo”, posteriormente.

Alguns exemplos de “expressões metafóricas”, de acordo com a teoria: o verbo *pensar* tinha no latim *pensare* uma acepção concreta de “pesar, avaliar o peso de alguma coisa”, mas,

²² A tradição da literatura inspirada na TMC tende a adotar *conceptual*, distinguindo-se terminologicamente, assim, de outros nexos associados à *conceitual*.

uma vez abstratizado, significava “estimar, pesar, avaliar o valor de uma ideia, de um raciocínio”. Por transferência metafórica, seu sentido percorreu uma trajetória do “mundo físico” para o “mundo das ideias” (VOTRE, 2004, p.26). Por isso, frases como “É preciso *pesar* as consequências dessas *palavras*” fazem sentido para todos que compartilham desse mapeamento. O verbo *saber* é outro exemplo: vem do latim *sapere*, que tinha o sentido de “perceber pelo sentido do gosto” (daí *sabor*) e que, em sentido figurado, era usado, já no latim, como “ter inteligência, juízo; conhecer alguma coisa, conhecer, compreender, saber” (MARTELOTTA, 2004). Acerca de “informação”, outro exemplo, mapeia dois contextos básicos que hoje nos parecem estranhos: “o ato de *moldar*” e o “ato de *comunicar* conhecimento” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.155).

Conceitos básicos como esses governam nossas línguas e também, segundo essa perspectiva, nossa atividade cotidiana: “até nos detalhes mais triviais, estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas”. Por isto, os recursos cognitivos de que dispomos teriam o poder de “definir a realidade”.

Prevalece, na Linguística Sociocognitiva, uma linguística *centrada no uso*, um tipo de abordagem que observa a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas em contextos reais de comunicação (TORRENT; BYBEE, 2012). Para sustentar afirmações a respeito da ubiquidade e da compreensão realista da linguagem metafórica, é preciso que os pesquisadores explorem “metáforas no mundo real”, na medida em que são produzidas na fala e na escrita, em diferentes contextos (GRUPO PRAGGLEJAZ, 2009).

Seguindo tais recomendações, apoiamos as análises em dados reais contendo os lexemas derivados de *forma*, extraídos principalmente do *Corpus* do Português (DAVIES; FERREIRA, 2006-)²³. O período estudado (sécs. XIV e XVI) foi selecionado por representar os primeiros séculos de uso desses lexemas naquela língua, período em que ainda reflete os primeiros esforços de adaptação da comunicação face-a-face à nova forma de comunicação: a escrita. É o momento adequado para se observar a introdução de conceitos apropriados da fala.

3 A TEORIA DA MODELIZAÇÃO DE LE MOIGNE

Por volta de 1970, após uma carreira como engenheiro e gestor dedicada à indústria de petróleo na França, Le Moigne tornou-se professor na Université d’Aix-Marseille III, em

²³ Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso: entre 2010 e 2013.

Aix-en-Provence, ficando à frente de disciplinas relacionadas ao domínio dos *sistemas de informação*, tais como “ciências dos sistemas” e “engenharia da organização”. Suas experiências pedagógicas levaram-no a perceber, diariamente, “a confusão extraordinária da informatização nas comunicações sociais” (LE MOIGNE, 1990, p.10). Na trajetória epistemológica em áreas do saber bem distintas, quer no âmbito das ciências quer da tecnologia, a abordagem cartesiana, ao conduzir à decomposição do objeto de estudo, se revelava de pouca utilidade à compreensão de fenômenos complexos, uma vez que dificultava a construção de modelos que refletissem as propriedades e o comportamento daqueles objetos em seu ambiente ou contexto. Uma teoria robusta, mesmo que muito geral, ter-lhe-ia ajudado a melhor enunciar e, portanto a resolver melhor os problemas com que se deparava em sala de aula. Era preciso assimilar muitas teorias para poder esclarecer, pelo ensino e pela investigação, “a cultura dos homens de ação”, uma problematização emergente em sua época – “todos podíamos sentir!”

A tentativa de formalização de uma teoria foi assumida com paixão em 1972, quando Le Moigne se aproximou da comunidade acadêmico-científica que investigava a matéria da *ciência dos sistemas* (ou *sistêmica* ou *ciência da modelização pelos sistemas*). Cinco anos depois, publica a primeira edição. Em 1984, uma segunda edição ganha uma introdução, em que o autor apresenta “as modalidades e os argumentos orientadores retidos para o estabelecimento da revisão e dos complementos adicionados à primeira edição”. Na terceira edição, utilizada neste trabalho, Le Moigne propõe uma perspectivação dos desenvolvimentos da *sistêmica* entre 1977 e 1990 e sugere as vias de desenvolvimentos previsíveis para os anos 90.

Embora escrita pela sua pena, Le Moigne compreende a teoria como uma “obra de uma geração”, cuja propriedade não é “nem de uma escola, nem de uma nação, nem de uma disciplina” (LE MOIGNE, 1990, p.11). Ao contrário, as interrogações provinham de comunidades científicas muito diversas – geografia, agronomia, psiquiatria, ciências políticas e jurídicas, educação, comunicação, economia e história, controle de processos, neurobiologia e termodinâmica, mecânica e topologia, engenharia e arquitetura, lógica formal, epistemologia e as “ciências da informação”, compreendendo, de acordo com a visão do autor, “a informática e o tratamento do sinal” (LE MOIGNE, 1990, p.15).

Como conhecer um *objeto*? Como identificá-lo? Como defini-lo? Como estabelecer uma correspondência entre um objeto identificado (“uma mesa, um grupo social, o conceito de liberdade”) e um *sistema geral*, isto é, como representar o objeto através do *sistema*? A

interpretação de Le Moigne para perguntas como essas se apoia na imagem de um “aparelho fotográfico ou radiográfico”, que nos permitiriam criar, tal como o “sistemógrafo”,

fotos ou radiografias diferentes de um mesmo objeto, fotos ou radiografias que serão todavia dotadas de características, predetermináveis e, dependendo apenas do aparelho utilizado, o interpretador, cirurgião ou detetive, sabe antecipadamente que raciocinará postulando estas permanências, técnicas ou metodológicas, no exame ou comparação ou dos negativos... ou dos modelos (LE MOIGNE, 1990, p.96, reticências no original).

Tal como estabelecemos uma representação do objeto chamada fotografia (ou radiografia) com a ajuda de um aparelho “máquina de fotografar”, cujas características são explicitamente expostas a todos os seus manipuladores potenciais, estabelecemos uma *sistemografia* do objeto com a ajuda do *Sistema Geral*. Por intermédio desse “aparelho”, concebemos o *objeto* como “um objeto que, num ambiente, dotado de finalidades, exerce uma atividade e vê a sua estrutura interna evoluir ao longo do tempo, sem que, no entanto, perca a sua identidade única” (LE MOIGNE, 1990, p.75). Em poucas palavras, “um objeto ativo, estável e evolutivo, num ambiente e em relação com alguma finalidade”. De forma mais mnemônica, *objeto* é (LE MOIGNE, 1990, p.76-77):

- alguma coisa (não importa o quê, presumivelmente identificável)
- que em alguma coisa (ambiente)
- para alguma coisa (finalidade ou projeto)
- faz alguma coisa (atividade = funcionamento)
- por alguma coisa (estrutura = forma estável)
- que se transforma com o tempo (evolução)

Modelo, tomando as palavras de Naslin (apud LE MOIGNE, 1990, p.88-89), é essencialmente “um modo de representação tal que permite, por um lado, dar conta de todas as observações feitas e, por outro lado, prever o comportamento do sistema considerado em condições mais variadas que as que deram origem às observações”. Para Le Moigne, é sua “estrutura” – não uma estrutura “eterna, invariante e analisável”, como tendiam a pensar os primeiros estruturalistas, mas uma associada a uma teoria do objeto considerado enquanto *sistema*, em que não cabe uma correspondência biunívoca, isomórfica, da estrutura com a função.

Modelizador, segundo Le Moigne, é o “observador, o sujeito ativo que procede a uma descrição comunicável daquilo que percebe e daquilo que concebe” (LE MOIGNE, 1990, p.80). A analogia fotografia-sistemografia permite a escolha dos “níveis de resolução”: “em função dos seus próprios objetivos, o observador escolhe... a sua objetiva para melhor representar a realidade na qual ele intervém” (LE MOIGNE, 1990, p.98, reticências no

original). E, para que o modelizador possa partilhar o “seu” sistema com outras pessoas, o sistema tem que ser *representado*. O processo de modelização requer, nesse sentido, o “deslocamento do ‘mundo fenomenal’ para um espaço de representação” (CAMPOS, 2004, p.23).

Quer se trate de “uma lamina de vidro representada por sistemas óptico, elástico ou dielétrico, quer de uma organização social representada por sistemas institucional-políticos, socioafetivos ou econômico-políticos”, cada *representação* possível deve reunir as duas características fundamentais de qualquer modelização:

(1) ser isomorfa ao *Sistema Geral*, isto é, responder “a cada um dos traços com que é dotado, um traço percebido ou antecipado do objeto considerado” (apud LE MOIGNE, 1990, p.96). A relação entre *modelos* e o *Sistema Geral* deve ser, então, “bijetiva, tal que a cada elemento do conjunto de chegada (o modelo), corresponde um, e apenas um, elemento do conjunto de partida (o objeto)”. Essa natureza garante a concepção de um objeto que, “dotado de finalidades, funciona, estrutura-se e evolui num ambiente”;

(2) homomorfa ao objeto a representar: a relação entre o modelo e o objeto é homomórfica, isto é, há uma “correspondência sobrejetiva tal que a cada elemento do modelo corresponde pelo menos um elemento do objeto, sem que o recíproco seja verdadeiro”.

Alguma “velha experiência” – aquela que consideraríamos o “abre-te sésamo da representação, senão mesmo do conhecimento do objeto” (LE MOIGNE, 1990, p.79) – ensinou ao pensamento humano a dialética a partir da qual se podem definir os objetos: uma definição ontológica e analítica (do *ser* objeto), uma definição funcional, fisiológica (o *fazer* do objeto), e uma definição histórica, morfogenética (o seu *dever*). Assim, ensina Le Moigne, à descrição ontológica (*formal*), há que se acrescentar “o ponto de vista do que ele [o objeto] faz quando é posto em contato com o seu ambiente”, ou seja, sua “definição funcional”, “definição experimental” ou “definição taxiológica”, aquela que construímos pela “prática do objeto a definir, indiferentes à sua composição, mas atentos ao seu comportamento ou à sua utilização” (LE MOIGNE, 1990, p.78).

Quanto a “definição morfogenética”, Le Moigne apoia-se em Jean Piaget e seus fundamentos da *Epistemologia genética* (1970): definir o objeto é conhecê-lo na sua história (a sua hereditariedade) e logo o seu projeto (o seu *dever*). O polímata Piaget propôs, com tal epistemologia, “pôr a descoberto as raízes das diversas variedades de conhecimento, desde as suas formas mais elementares, e seguir sua evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico” (PIAGET, 1970, p.130). Seu estudo da gênese ou das gêneses mostraram que “tudo é gênese” e que “a gênese recua indefinidamente”, porque “as fases

psicogenéticas mais elementares são, elas mesmas, precedidas de fases de algum modo organogenéticas, etc.”

A *representação* é melhor compreendida como um *processo*, que muda com o *tempo* (“armazenamento ou memorização”), no *espaço* (“transporte, transmissão ou comunicação”) e/ou nas suas *fórm*as, na sua morfologia (“a transformação”), três vetores classificados como *processadores* por Le Moigne, uma vez que agem na mudança do objeto *processado*. Seja no processo “intelectual, cognitivo ou relacional, do processo econômico ou político, de processo energético, biológico ou informacional”, evoca-se sempre “uma visão dicotômica do mundo: os processados de um lado, os processadores do outro, os conteúdos e os continentes, os acionados e os atores”. Nessa concepção, mesmo um texto escrito ou qualquer documento “não é inativo quando o consideramos como mudando pelo menos a sua posição no tempo, logo como submetido a um processo temporal” (LE MOIGNE, 1990, p.108-110).

Imbricam-se assim três visões – ou três modos de modelização, “a funcional, a orgânica e a histórica”, dotadas de uma “compatibilidade mútua” que legitima, segundo Le Moigne, a hipótese de que tudo o que modelizamos é modelizável e que, do ponto de vista do observador (modelizador), dispõe de uma “identidade específica e especificável” (LE MOIGNE, 1990, p.80). Estas definições, “por congruência de conceitos vulgarmente percebidos”, se justificariam por fornecer, pela sua generalidade (é compatível com todas as definições usuais do conceito de sistema) e pelo seu objetivo declarado, um apoio explícito a um modo normativo de concepção de modelos de fenômenos percebidos por um observador (vivos ou não, concretos ou abstratos, tangíveis ou intangíveis) (LE MOIGNE, 1990, p.77), constituindo-se, para Le Moigne, uma construção suficientemente formalizada para ser compreendida (LE MOIGNE, 1990, p.23).

4 FÔRMA COMO BASE EXPERIENCIAL DO CONCEITO DE MODELO

Na visão sociocognitivista, não “temos” um corpo – nós “somos” um corpo. Experienciamos a nós mesmos como entidades separadas do resto do mundo – como *recipientes* com um lado de dentro e um lado de fora. Conceitos como “interior” e “exterior” são conceitos fundados nessa existência, baseados na experiência que cada um tem de seu corpo – “o que está tanto dentro de mim quanto fora de mim” (ONG, 1998, p.86-87) – e a analisamos outros objetos com referência a essa experiência. Experienciamos as “coisas” externas a nós como *entidades*, frequentemente também como *recipientes*, porque assim nos concebemos. O princípio não está longe de Le Moigne quando ele diz que o observador

(modelizador) “constroi um modelo sistêmico de si mesmo, que deve poder identificar e cujas finalidades e ambiente deve descrever” (LE MOIGNE, 1990, p.98).

Daí, o senso comum sobre “objeto”, “conteúdo” e “contêiner” ou “recipiente” são conceitos com grande elasticidade (opacidade) semântica e estão, por isso, entre os conceitos translinguísticos transcendentais. Esses sentidos delimitam, por exemplo, os conceitos de *fôrma* e de *fórma*, o primeiro como expressão de recipientes do mundo físico, real e concreto, o segundo como de visão de um objeto desse mesmo mundo. A relação é metonímica, como observou Auerback (1997): *fórma* é a “forma oca ao modelo plástico” que *sai* de uma *fôrma*. Seu significado mais abstrato, lógico, “emparelhava *conteúdo* e *recipiente*”. Esses traços semânticos puderam ser aproveitados, por mapeamentos metafóricos, em expressões linguísticas que atestariam as principais especulações de Le Moigne.

Segundo Le Moigne, o artefato *Sistema Geral* é um “utensílio lentamente ajustado pelas práticas tateantes da experiência humana que constrói, desde o Neolítico, uma atitude de espírito verdadeiramente científica” (LE MOIGNE, 1990, p.25-26). Corresponde a essa “velha experiência” de que fala o filósofo, aquela que teria ensinado ao pensamento humano a dialética a partir dos quais se podem definir os objetos – ontológica, fisiológica e morfogeneticamente – a fabricação do “queijo duro”. O queijo duro, do tipo padano, é, em termos moigneanos, a “modelização do leite”. Para ser considerado um *sistema*, seria preciso, nesse caso, que sua definição fosse isomórfica com o *Sistema Geral* e que seu modelo (*fôrma*), homomórfico em relação a cada queijo duro fabricado. Com efeito, trata-se de uma “representação” (ou uma *fórma*, como preferimos) que, uma vez concebida (modelizada ou, como preferimos, *enformada*), é percebida “num ambiente” (rural, técnico, econômico, cultural...), “dotado de finalidades” (venda, troca, estoque, culto...), “exerce uma atividade” (alimenta, simboliza) e “vê a sua estrutura interna evoluir ao longo do tempo” (curar, apodrecer...), sem que, no entanto, perca a sua “identidade única”, que é ser um “queijo duro”.

A definição morfogenética da noção de “enformação” advém, creia-se, da associação antiquíssima entre *queijo* e *forma*. A história começa na palavra em latim *formaticum*, que estritamente significava, “feito em uma fôrma” (BRACHET, 1870, p.250), ou seja, *enformado*. Alinei (2010), numa perspectiva da etimologia arqueológica, parece ter demonstrado que o termo já estava disponível para os falantes do latim arcaico ou, talvez antes, desde o indo-europeu – no Neolítico, portanto, como queria Le Moigne.

A trajetória de *formaticum* é uma história franco-italiana, regiões que se alternam como fonte de surtos de inovações, tanto de diversidade cultural quanto linguística. Evidências arqueológicas enfatizam a importância de vasos de cerâmica no processamento de

produtos lácteos na “revolução de produtos secundários” do médio Período Neolítico (SALQUE *et al.*, 2012). Desenvolve-se, nesse tempo, uma nova técnica de processamento de leite que só pode ser considerada uma inovação europeia: o queijo duro, *enformado*. A técnica se espalhou, a partir de um ou mais focos em áreas vizinhas da Europa Ocidental. Daí o francês antigo *furmaige* ou *fromache*, o provençal *formatge* ou *fromatge*, o português (†) *formage*, o catalão *formatje* e o italiano *formaggio*. No baixo latim da era merovíngia, *formaticum*, *forma* e *formela* já eram vulgarmente tomados como sinônimos de “queijo” (derivado de *caseus*, outra palavra para queijo). Um texto do latim bastante tardio (837 d.C.) comprova-o: «*inde fit diminutivum Formula, unde etiam Formella, quæ etiam informationes casei significat, unde et Formaticum dicitur*» (DU CANGE *et al.*, 1844)²⁴.

No passado, a palavra *fôrma* do latim referia-se antes ao “molde, modelo, tipo” (*fôrma*) que, como hoje, à “aparência exterior” (*fórma*). Horácio aplicou-a em referência a um molde para sapatos; Ovídio, a um molde para fazer moedas (MONLAU, 1856; ERNOUT; MEILLET, 1951; HOBART; SCHIFFMAN, 2000; LINDSAY, 2010). Segundo outros autores (AUERBACH, 1997; STANCO, 2007), os eruditos antigos começaram, em determinado período, a se apropriar de *fôrma* tanto para indicar a *fórma* visível de uma coisa quanto em referência a uma “forma arquetípica, isenta de qualquer imperfeição”, sua *fôrma*. O fenômeno foi observado novamente na passagem da Idade Média para a Moderna na Europa: as variantes do português *f[ɔ]rma* (*fórma*), além do *f[ɔ]rme* francês, são consideradas por Williams (1975, p.50) como “palavras eruditas ou semi-eruditas, sendo que o português clássico conservou-lhe apenas o sentido abstrato”.

Essa mudança associada à *forma* (*fôrma* » *fórma*) também pode ser observada na mudança na grafia (*enformação* » *informação*). Estudos mostraram que “informação” tem uma trajetória etimológica diferente daquela que muitos estudos etimológicos costumam indicar, qual seja, uma derivação do verbo do latim *informare* “dar forma”. Na verdade, a palavra foi introduzida em diversas línguas ocidentais com a base *enform-* (no francês, no séc. XII; no português, no galego e no inglês, no séc. XIV) e apenas um século depois é que começa a ser usada a base *inform-*, uma inovação do movimento de relatinização do português “no início da era Moderna, que privilegiou as formas com *i*” (PAIVA, 2009).

No Ocidente românico, na região onde hoje é a França, Paul Zumthor observou a emergência de uma expressão em francês antigo, «*mettre en roman*», que não apenas sugere o

²⁴ [forma], «diminutivo *fórmula*, ou *formela*, que também significa a informação do queijo, o queijo e os assim chamados *formaticum*».

“nascimento” de um gênero textual, como também parece atestar que o comportamento modelizador, previsto na *Teoria da Modelização*, também se aplica à produção do texto escrito.

O termo *romance* era originariamente advérbio provindo do latim *romanice*, referia-se “ao vernáculo”, à língua falada. Mas, por volta de 1180, os “romancistas” passaram a opor seus “romances” às narrativas disseminadas pelos contadores de histórias, que eram afastados com desprezo. Tornou-se frequente, no francês, a expressão «*mettre en roman*», que designava o processo de recusa da oralidade das tradições antigas, que terminarão, a partir do século XV, marginalizando-se sob o rótulo de “cultura popular”. O novo gênero era, portanto, “irrealizável sem a intervenção do escrito” e “meter em romance” passou propriamente a significar “glosar” em língua vulgar, ou seja “pôr, clarificando o conteúdo, ao alcance dos ouvintes” (ZUMTHOR, 1993, p.268-269).

Conforme as teses da Linguística Sociocognitiva, não haveria coincidência na expressão observada por Zumthor envolvendo o verbo *meter*, a preposição *em* (*dentro*) e o nome de um gênero. Trata-se, ao contrário, de uma expressão metafórica, estruturada pelo sentido prototípico do verbo *enformar*, “meter na fôrma”. Na explicação sociocognitivista, a experiência humana com “meter na fôrma” orientaria a estrutura conceptual que licencia expressões como «*mettre en roman*». E não haveríamos de nos espantar: o vocabulário latino serviu, na Idade Média, “para a divulgação de ideias bastante abstratas, promovidas pela Filosofia e pela Religião, num crescente processo que vem do período clássico, no entanto, os significados básicos das palavras, presentes em suas raízes, estão muitas vezes voltados ainda à vida rural” (VIARO, 2011, p.190). De fato, *enformar*, que remonta, via o francês *enformer*, ao latim *efformare* (“pôr ou meter na fôrma”) é um verbo “vulgar” que, garante Dumesnil (1809), “não é encontrado nos grandes autores, que preferem *formare*, *informare*”. Esteve sempre relacionada, nesse ambiente, à modelização de objetos, não só de queijos, mas também de sapatos, chapéus e moedas.

O gênero, ao abstratizar a *fôrma* seria, assim, outro conceito tomado como “regulador”, algum padrão subjacente, uma convenção que, no entanto, “é real”, ou seja, é eficaz, “porque realmente molda a escrita de obras concretas” (WELLEK; WARREN, 1949, p.274). Para Bakhtin (2003), “todo estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e às *formas típicas* de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso” (grifo nosso). *Gêneros* corresponderiam, assim, “aos recursos expressivos preexistentes ao escritor, dos quais lança mão para lançar suas intuições; em síntese, um *molde* no qual deposita o conteúdo de sua imaginação” (MOISÉS, 1982, p.298, grifo nosso). Seriam a “arquitetura, contorno, estrutura,

e a realidade que nela se hipostasia”. A *fôrma*, concreta ou abstrata, expressaria, ainda segundo Moisés (1982, p.310-311), uma “organização semelhante a do real quando dividido em sua totalidade”: o aparente caos do mundo se organiza, as “coisas” se congridem de maneira a compensar “a diversidade e a fisionomia de contraste que ostentam por meio de uma organização homogeneizadora; organização cósmica, diríamos, de um lado, e linguística, de outro”. Em sua face linguística, ficaria associada a um certo “esquema” racional, dada sua oposição ao caos disforme, que se impõe

como um limite óptico, lente que facultasse ver segmentos da realidade, não apenas quantitativamente, mas qualitativamente. [...] pela forma/fôrma A se pode ver a realidade A', e a realidade A' apenas se manifestaria por intermédio da forma A. [...] A forma/fôrma corresponde a um universo de ordem, equilíbrio, relativamente à entropia, desordem, ou “efeito catabólico”, que se supõe dominar o mundo da realidade (MOISÉS, 1982, p.305).

Licenciando um gênero textual, “a fôrma *soneto*”, por exemplo, a *fôrma* “seria o tema, com infinitas variações, em princípio previstas no próprio fato de se manifestarem *dentro* do soneto” – descreve Massaud Moisés (grifo nosso). “O gênero tipológico seria dado pela *fôrma*, e as *espécies*, pelas mutações possíveis no seu interior” (MOISÉS, 1982, p.304).

O linguista Luiz Antônio Marcuschi (2008, p.161) descreve os *gêneros* como “uma categoria cultural, um esquema cognitivo, uma forma de ação social, uma estrutura textual, uma forma de organização social, uma ação retórica”, ou tudo ao mesmo tempo, já que cada um desses indicadores pode ser tomado como um aspecto da observação: “isso dá a noção mais aproximada da complexidade da questão”. O “esquema cognitivo” de que fala Marcuschi (ou, como preferimos, “sociocognitivo”) pode ser representado pela metáfora GÊNERO É FÔRMA, um mapeamento que nos permite identificar expressões linguísticas reais (“*poeer ã forma*” nas *constituições* [1]; “*pôr hum argumento em forma*” [2]) que reforçam a hipótese:

[1] E por que isto os ditos abades & capellães melhor possam fazer & nõ tenhã escusa dizendo que nõsabem nõ teẽ escritas as ditas cousas.as quaes ante de serem promouidos aa hordẽ saçerdotal sam obrigados de saber.has mandamos poeer ã forma em estas nossas cõstituições (Dom Diogo de Sousa, *Constituições do Bispado do Porto*, 1497)

[2] E como elles não tem nenhuma noticia de logica nem filozofia, nem sabem pôr hum argumento em forma, não fazem mais que perguntar em breves palavras alguma couza sobre o texto de suas leys, e o outro lhe há-de responder tambem em poucas palavras (Frois, *Historia do Japam* 3, 1560-1580)

Para Marcuschi, cada *gênero*, como as *fôrmas* e os *modelos*, tem seu propósito (*função*, diria Le Moigne), que o determina e lhe dá uma “esfera de circulação” (o *ambiente*):

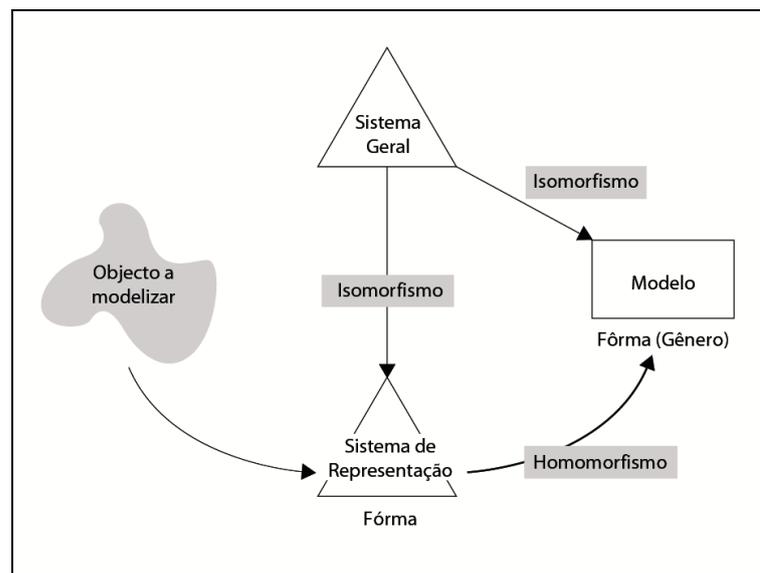
uma “monografia” é produzida para obter uma nota, uma “publicidade” serve para promover a venda de um produto, uma “receita culinária” orienta na confecção de uma comida etc. São atividades discursivas, “socialmente estabilizadas”, que se prestam “aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder”. Pode-se afirmar, enfim, que

os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia. Toda e qualquer atividade discursiva se dá em algum gênero que não é decidido *ad hoc*. Daí também a imensa pluralidade de gêneros e seu caráter essencialmente socio-histórico (MARCUSCHI, 2008, p.161).

5 CONCLUSÕES

Como procura fixar a FIG. 1, elaborada a partir do esquema-base da sistemografia proposto por Le Moigne (1990, p.102), a modelização sistêmica produz manifestações linguísticas que se materializam nos sentidos atribuídos à palavra *forma*. A língua portuguesa preservou a dualidade longeva *fôrma* ~ *fórma*, sendo talvez uma das poucas línguas modernas, senão a única, a nos permitir observação do caso.

FIGURA 1 – A sistemografia da *forma*, conforme Le Moigne



Fonte: Le Moigne (1990, p.102)

A FIG. 1 representa a *sistemografia* de *forma* obtida com o “aparelho” *Sistema Geral* e que está, nas línguas ocidentais, expressas na palavra “forma”. Com ela “queremos dizer”, a princípio, de uma *fórma* que, “num ambiente, dotado de finalidades, exerce uma atividade e vê a sua estrutura interna evoluir ao longo do tempo, sem que, no entanto, perca a sua identidade única”. Quando se trata de uma *fórma* que não “evolui”, como um texto escrito, basta-nos ajustar o “nível de resolução”. Essa *representação do sistema*, quando traduzida num suporte “físico”, comunicável, passa pela utilização de *linguagens*, que, sem abandonar o

Sistema Geral, passam a demandar a “legibilidade” das representações criadas (CARVALHO; RAMOS; GONÇALVES, 2002).

Podemos agora concluir, parafraseando Le Moigne, por uma sistemografia descrita como “*enformar* é conceber uma *fôrma* à semelhança do objeto”, sendo que o *objeto* pode ser desde o leite (que, uma vez enformado, é queijo), o metal (enformado para fazer moedas), o fluxo discursivo (que, enformado, é texto) ou a *informação* (que, enformada, é documento). Enquanto a *fôrma* é “visível”, a *fôrma* é “invisível”; toda *fôrma* pressupõe uma *fôrma*. A *fôrma*, como dirá Naslin, é “um modo de representação tal que permite [...] dar conta de todas as observações feitas”, isto é, de todas as *fôrmas* produzidas a partir dela – eis, em parte, o porquê da seleção de “gênero” como expressão condutora de uma extensão metafórica. O papel da *fôrma* é tornar a *fôrma* “inteligível” e assim viabilizar a *comunicação*, a transmissão, o transporte. Ao *modelizar*, diz Le Moigne, o observador procede a uma “descrição comunicável daquilo que percebe e daquilo que concebe” (LE MOIGNE, 1990, p.80).

Esse modo de compreender-se no mundo, deve-se destacar, foi socialmente construído; não há “modelos” na realidade, nós é que a “vemos” assim. Modelos são – como queria Le Moigne (1990, p.77) – “conceitos vulgarmente percebidos”, e não “cientificamente percebidos”; não são inatos, nem individuais: estão no indivíduo, na cognição do indivíduo, mas hipostasiam o saber de uma comunidade.

Não podemos deixar de mencionar a proximidade cognitiva entre os conceitos de *fôrma* e de *espécie*, o que nos conduziria a uma metáfora ESPÉCIE É FÓRMA. Embora o desenvolvimento da questão requeira espaço próprio, pode-se adiantar que, mais do que relacionados, *fôrma* e *espécie* são sinônimos desde o latim. Na Idade Média, a tradução para o latim daquilo que Demócrito chamava de *eidola* – um “simulacro” dentre a série de raios visuais emitidos pelos objetos na direção do olho de quem vê – optou tanto por *forma*, *peles/películas*²⁵, *imagens* ou *species* (SANTAELLA; NÖTH, 1999). *Species* e *forma* também foram usadas traduzir o conceito grego de *idea*, por significar “conjunto de traços que fazem reconhecer qualquer objeto, vista, olhar; aspecto exterior, aparência, forma, figura; espetáculo; beleza (física), ornamento; dignidade”. O que poderia parecer uma incrível coincidência prova, na verdade, que *teoria da modelização* de Le Moigne é cientificamente verificável e que, nesse caso, confirma-se: não “inventamos” o mundo analiticamente, como querem os cartesianos, mas modelizando-o, como prefere Le Moigne.

²⁵ Do lat. *pellis, is* “pele”; ocorre em vocábulos latinos como *pele* e *película* “formados à sua feição”.

AGRADECIMENTO

A Guilherme Garcia, pelo *design* da figura.

REFERÊNCIAS

- ALINEI, M. Archeologia etimologica: alle origini del formaggio. Da lat. coagulum ‘caglio’ a lat. caseus/-m ‘formaggio’; *formaticum e *toma. Quaderni di Semantica, v. 31, n. 1, p. 73-112, 2010. Disponível em: <http://www.continuitas.org/texts/alinei_archeologiaetimologica.pdf>. Acesso em: 22 jun 2011.
- AUERBACH, E. Figura. In: PAIXÃO, F. (Ed.). Figura. São Paulo: Ática, 1997. v. 62, p.13-64.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BEZERRA, P. (Ed.). Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-269.
- BRACHET, A. Dictionnaire étymologique de la langue française. Hetzel, 1870. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=GPxDAAAACAAJ>>. Acesso em: 15 jul 2011.
- CAMPOS, M. L. A. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. Ciência da Informação, v. 33, n. 1, p. 22-32, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n1/v33n1a03.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. Perspectivas em Ciências da Informação, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2010.
- CARVALHO, J.; RAMOS, I.; GONÇALVES, R. Sistema: modelo conceptual de um objecto. Minho: Universidade do Minho, Departamento de Sistemas de Informação, 2002. Disponível em: <<http://www3.dsi.uminho.pt/jac/SI/zdocumentos/sistemas.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2014.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. Corpus do Português (45 milhões de palavras, 1300s-1900s). 2006-. Disponível em: <corpusdoportugues.org>. Acesso em.
- DU CANGE, C. D. F.; HENSCHÉL, G. A. L.; CARPENTIER, P. *et al.* Glossarium mediæ et infimæ latinitatis, Parisiis, Firmin Didot fratres, v. 3 e 4, 1844. Disponível em: <<http://ducange.enc.sorbonne.fr/FORMATICUM>>. Acesso em: 19 Sep. 2010.
- DUMESNIL, J. B. G. Latin synonyms, with their different significations: and examples taken from the best Latin authors. London: G.B. Whittaker [etc.] Payne, 1809. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=pWQZAAAAYAAJ>>. Acesso em: 29 Sep. 2010.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine: Histoire des Mots. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.
- GONZALEZ, M. Informar versus enformar: uma competição morfossemântica com origem no português arcaico. Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF), v.15, n.º 5, t.2, p.1904-1919, 2011.
- GONZALEZ, M. Arqueologia da informação: forma como marcador da periodização do português europeu: diálogos possíveis. In: MOLLICA, M. C. e GONZALEZ, M. (Ed.). Linguística e Ciência da Informação: diálogos possíveis. Curitiba: Appris, 2012.

- GONZALEZ, M. A gramaticalização de informação: uma abordagem sociocognitiva (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Ibict/Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2013a, 154 f.
- GONZALEZ, M. Informação é conteúdo: uma metáfora do senso comum como objeto da Ciência da Informação. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Enancib, 14., 2013. Rio de Janeiro. Anais... Ancib, 2013b.
- GONZALEZ, M. Informação, memória enformada pela escrita: um diálogo da história com a linguística sociocognitiva. *Domínios da Linguagem*, v. 7, n. 2, p. 149-164, 2013c.
- GRUPO PRAGGLEJAZ. PIM: um método para identificar palavras usadas metaforicamente no discurso. In: SIQUEIRA, M. (Ed.). *Cadernos de Tradução: Linguística cognitiva*. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2009. v. 25, p. 77-120.
- HOBART, M. E.; SCHIFFMAN, Z. S. *Information ages: literacy, numeracy, and the computer revolution*. Maryland: John Hopkins University Press, 2000.
- IBARRETXE-ANTUÑANO, I. Metáforas visuais para o intelecto: são realmente interlinguísticas?. In: SIQUEIRA, M. (Ed.). *Cadernos de Tradução: Linguística cognitiva: são realmente interlinguísticas?* Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2009. v.25, p.121-142.
- LAKOFF, G. The neural theory of metaphor. In: GIBBS JR., R. W. (Ed.). *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p.17-38.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana: as faces da Linguística aplicada*. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras, 2002.
- LE MOIGNE, J.-L. *A teoria do sistema geral: teoria da modelização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- LINDSAY, W. M. *The Latin language: an historical account of latin sounds, stems, and flexions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MACEDO, A. C. P. S.; FARIAS, E. M. P.; LIMA, P. L. C. *Metáfora, cognição e cultura*. Gragoatá, v. 26, p. 43-60, 2009.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008. v. 2.
- MARTELOTTA, M. E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. (Ed.). *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004. p. 82-142.
- MOISÉS, M. *Literatura: mundo e forma*. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- MONLAU, P. F. *Diccionario etimológico de la lengua castellana: (ensayo) precedido de unos rudimentos de etimologia*. Madrid: M. Rivadeneyra, 1856. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=lbJ7TahXEwUC>>. Acesso em: 25 nov 2010.
- MORIN, E. *O método 1: da natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- ONG, W. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

PAIVA, M. H. Variação e mudança no vocalismo átono quinhentista: práticas escriturais e juízos normativos. *Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 4, p. 85-110, 2009.

PIAGET, J. *A epistemologia genética*. Paris: Universitaires de France, 1970.

SALQUE, M.; BOGUCKI, P. I.; PYZEL, J. *et al.* Earliest evidence for cheese making in the sixth millennium bc in northern Europe. *Nature*, v. 11698, p. 1476-4687, 2012.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. *Imagem*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

STANCO, M. Aesthetic forms: ancient and modern. In: ROE, J. e STANCO, M. (Ed.). *Inspiration and technique: ancient to modern views on beauty and art*. Bern: Peter Lang, 2007. p.11-32.

TORRENT, T. T.; BYBEE, J. Usage-based models in Linguistics: an interview with Joan Bybee. *Linguística - Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ*, v.8, n. 2, p. 15-22, 2012.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VON BERTALANFFY, L. *Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Petrópolis: Vozes, 2009.

VOTRE, S. J. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M. e MARTELOTTA, M. E. (Ed.). *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004. p.11-49.

WELLEK, R.; WARREN, A. *Theory of literature*. New York: Harcourt, Brace & Co., 1949.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

ZUMTHOR, P. *A Letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.